



## GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

### Relatório da Administração

#### Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

São Paulo, 22 de março de 2018  
A Administração

### Balanços Patrimoniais

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	2017	2016	PASSIVO	Nota	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>136.236</b>	<b>149.173</b>	<b>Circulante</b>		<b>151.282</b>	<b>53.785</b>
Disponibilidades	4	1.282	823	<b>Outras obrigações</b>		<b>151.282</b>	<b>53.785</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	5	<b>113.781</b>	<b>127.888</b>	Fiscais e previdenciárias	9	5.345	2.204
Carteira própria		113.781	127.888	Diversas	8	145.937	51.581
<b>Outros créditos</b>		<b>21.173</b>	<b>20.462</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>12.988</b>	<b>89.786</b>
Diversos	6	21.173	20.462	<b>Outras obrigações</b>		<b>12.988</b>	<b>89.786</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>491.900</b>	<b>396.889</b>	Fiscais e previdenciárias	9	8.813	3.362
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	5	<b>435.659</b>	<b>338.881</b>	Diversas	8	4.175	86.424
Carteira própria		435.659	338.881	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>463.866</b>	<b>402.491</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>56.241</b>	<b>58.008</b>	<b>Capital social</b>	11	<b>474.654</b>	<b>474.654</b>
Diversos	6	56.241	58.008	De domiciliados no país		474.654	474.654
<b>Total do ativo</b>		<b>628.136</b>	<b>546.062</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>		<b>(10.788)</b>	<b>(72.163)</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>628.136</b>	<b>546.062</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações do Resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil quotas)

	Nota	2º Semestre	2017	2016
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>30.941</b>	<b>60.304</b>	<b>40.726</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	30.941	60.304	40.726
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>30.941</b>	<b>60.304</b>	<b>40.726</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>17.791</b>	<b>31.318</b>	<b>18.978</b>
Receitas de prestação de serviços	12	85.470	166.490	138.024
Outras despesas administrativas	13	(51.951)	(102.126)	(89.067)
Despesas tributárias	16	(9.582)	(22.786)	(22.076)
Outras receitas operacionais	14	5.363	9.034	6.679
Outras despesas operacionais	15	(11.509)	(19.294)	(14.582)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>48.732</b>	<b>91.622</b>	<b>59.704</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		682	604	41
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>49.414</b>	<b>92.226</b>	<b>59.745</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(16.283)</b>	<b>(30.851)</b>	<b>(20.219)</b>
Provisão para imposto de renda	7b	(8.957)	(17.038)	(8.824)
Provisão para contribuição social	7b	(3.539)	(6.452)	(3.192)
Ativo fiscal diferido	7b	(3.787)	(7.361)	(8.203)
<b>Lucro Líquido dos Exercícios/Semestre</b>		<b>33.131</b>	<b>61.375</b>	<b>39.526</b>
Lucro Líquido por Lote de Mil Cotas - 474.654.195 (474.654.195 em 2016)	11	69,80	129,30	83,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
E SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2º Semestre	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro ajustado</b>		<b>22.369</b>	<b>37.858</b>	<b>21.150</b>
Lucro líquido		33.131	61.375	39.526
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>		<b>(10.762)</b>	<b>(23.517)</b>	<b>(18.376)</b>
Provisões e obrigações legais	10b	5.005	7.179	2.402
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	14	(1.109)	(1.243)	(271)
Impostos diferidos e créditos tributários	7e	3.787	7.361	8.203
Provisões para imposto de renda e contribuição social	7b	12.496	23.490	12.016
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		(30.941)	(60.304)	(40.726)
<b>Variações das contas de ativo e passivo operacional</b>		<b>(13.157)</b>	<b>(15.031)</b>	<b>3.515</b>
(Aumento)/Redução de outros créditos		14.249	13.912	11.177
Aumento/(Redução) em outras obrigações		(15.532)	(9.969)	2.145
Imposto de renda e contribuição social pagos		(11.874)	(18.974)	(9.807)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>9.212</b>	<b>22.827</b>	<b>24.665</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(9.083)	(22.368)	(325.078)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(9.083)</b>	<b>(22.368)</b>	<b>(325.078)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 12/07/2016		—	—	300.000
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>300.000</b>
<b>Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>129</b>	<b>459</b>	<b>(413)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios/semestre		1.153	823	1.236
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios/semestre		1.282	1.282	823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital	Lucro (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>174.654</b>	<b>(111.689)</b>	<b>62.965</b>
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 12/07/2016	300.000	—	300.000
Lucro líquido do exercício	—	39.526	39.526
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>474.654</b>	<b>(72.163)</b>	<b>402.491</b>
Lucro líquido do exercício	—	61.375	61.375
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>474.654</b>	<b>(10.788)</b>	<b>463.866</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>474.654</b>	<b>(43.919)</b>	<b>430.735</b>
Lucro líquido do semestre	—	33.131	33.131
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>474.654</b>	<b>(10.788)</b>	<b>463.866</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades dos Grupos de Consórcios

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
E SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre	2017	2016
<b>Disponibilidades no início dos exercícios/semestre</b>	<b>430.541</b>	<b>355.748</b>	<b>275.328</b>
Depósitos bancários	2.249	6.457	1.734
Aplicações financeiras	428.292	349.291	273.594
<b>(+) Recursos coletados</b>	<b>542.549</b>	<b>1.060.317</b>	<b>917.601</b>
Contribuições para aquisição de bens	417.144	811.486	700.630
Taxa de administração	82.199	159.800	132.199
Contribuições ao fundo de reserva	13.598	25.746	21.460
Rendimento de aplicações financeiras	14.909	32.630	32.948
Multas e juros moratórios	3.626	6.786	9.805
Prêmios de seguro	6.621	13.307	13.322
Outros	4.452	10.562	7.237
<b>(-) Recursos utilizados</b>	<b>486.817</b>	<b>929.792</b>	<b>837.181</b>
Aquisição de bens	367.071	706.031	646.559
Taxa de administração	83.612	162.738	134.545
Multas e juros moratórios	1.808	3.390	2.574
Prêmios de seguro	6.819	13.710	13.664
Custas judiciais	—	6	56
Devolução a consorciados desligados	12.748	20.589	20.923
Despesas de registro de contratos	—	248	2.758
Outros	14.759	23.080	16.102
<b>Disponibilidades no fim dos exercícios/semestre</b>	<b>486.272</b>	<b>486.272</b>	<b>355.748</b>
Depósitos bancários	5.120	5.120	6.457
Aplicações financeiras (nota 5)	481.152	481.152	349.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2017	2016
<b>Circulante</b>	<b>1.280.048</b>	<b>1.166.005</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>5.120</b>	<b>6.457</b>
Depósitos bancários	5.120	6.457
<b>Aplicações financeiras (nota 5)</b>	<b>481.152</b>	<b>349.291</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>793.776</b>	<b>810.257</b>
<b>Direitos com consorciados contemplados</b>	<b>793.776</b>	<b>810.257</b>
Normais	778.598	800.602
Em atraso	15.178	9.655
<b>Compensação</b>	<b>3.578.311</b>	<b>3.637.768</b>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	54.073	49.463
Contribuições devidas ao grupo	1.969.603	1.983.976
Valor dos bens a contemplar	1.554.635	1.604.329
<b>Total do ativo</b>	<b>4.858.359</b>	<b>4.803.773</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.280.048</b>	<b>1.166.005</b>
<b>Obrigações diversas</b>	<b>1.280.048</b>	<b>1.166.005</b>
Obrigações com consorciados	413.077	465.491
Valores a repassar	4.499	2.053
Obrigações por contemplações a entregar	328.089	236.534
Obrigações com a Administradora	261	251
Recursos a devolver a consorciados	438.892	381.887
Recursos dos grupos	95.230	79.789
<b>Compensação</b>	<b>3.578.311</b>	<b>3.637.768</b>
Recursos mensais a receber de consorciados	54.073	49.463
Obrigações do grupo por contribuição	1.969.603	1.983.976
Bens a contemplar - valor	1.554.635	1.604.329
<b>Total do passivo</b>	<b>4.858.359</b>	<b>4.803.773</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



# SERVIÇOS FINANCEIROS

## GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

→ **continuação**

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

#### 2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 22 de março de 2018.

Em 2016 foram aprovados, pelo BACEN, os pronunciamentos técnicos CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio na conversão de demonstrações contábeis (CMN nº 4.524/16), CPC 04 - Ativo Intangível (CMN nº 4.534/16) e CPC 27 - Ativo Imobilizado (CMN nº 4.535/16) com aplicabilidade a partir de 2017. A Administração entende que os pronunciamentos descritos acima não se aplicam à Administradora.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de prestação de serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com Banco GMAC S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulante e realizável em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por "impairment" no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

• Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

a) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2017	2016
Quantidade de grupos administrados	421	395
Quantidade de consorciados ativos	122.743	111.753
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	227.480	210.083
Quantidade de bens entregues no exercício	16.923	8.140
Quantidade de bens pendentes de entrega	7.303	5.341
Taxa de inadimplência	16,76%	14,24%

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2017	2016
Disponibilidades	1.282	823

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2017	2016	2017	2016
<u>Certificados de Depósito Bancário - CDBs:</u>				
Banco GMAC S.A. - CDB Pré-Fixado (a)	435.661	360.056	-	-
<u>Cotas de fundos de investimento:</u>				
Fundos de Investimentos DI (b)	113.779	106.713	-	-
BRAM Fundo de Investimento referenciado DI Federal II (c)	-	-	481.152	349.291
Total	<u>549.440</u>	<u>466.769</u>	<u>481.152</u>	<u>349.291</u>

a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até maio de 2020, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 7,87% (aplicação pactuada em maio de 2017) e 14,49% (aplicação pactuada em maio 2016). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$51.482 (R\$37.654 em 2016), conforme nota 17d.

O valor de mercado das operações de depósitos é de R\$ 600.701 (R\$ 496.455 em 2016).

b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda. O resultado do Fundo de Investimento DI foi de R\$8.822 (R\$3.072 em 2016).

c) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$481.152 (R\$349.291 em 2016).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017			2016				
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Administradora:								
Certificados de depósito bancário	-	2	435.659	435.661	-	21.175	338.881	360.056
Fundos de Investimentos DI	<u>113.779</u>	-	-	<u>113.779</u>	<u>106.713</u>	-	-	<u>106.713</u>
Total	113.779	2	435.659	549.440	106.713	21.175	338.881	466.769

	2017		2016	
	Sem vencimento	Total	Sem vencimento	Total
Grupos: BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II	<u>481.152</u>	<u>481.152</u>	<u>349.291</u>	<u>349.291</u>

#### 6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	1.251	304
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (nota 7c)	65.147	72.442
Devedores por depósitos em garantia (nota 10b)	9.998	5.006
Outros (b)	<u>1.018</u>	<u>718</u>
Total	<u>77.414</u>	<u>78.470</u>
Ativo circulante	21.173	20.462
Realizável a longo prazo	56.241	58.008

a) Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré-Fixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do exercício corrente.

b) Refere-se substancialmente à recuperação junto aos agentes de consórcios de valores de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio que foram posteriormente canceladas.

#### 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos exercícios:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	92.226	92.226	59.745	59.745
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de acordo com as alíquotas	<u>(23.057)</u>	<u>(8.300)</u>	<u>(14.936)</u>	<u>(5.377)</u>
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições/exclusões permanentes	-	-	-	-
	(23.057)	(8.300)	(14.936)	(5.377)
Outras adições/exclusões permanentes	(278)	(100)	(92)	(34)
Imposto diferido exercício anterior	-	-	(99)	(36)
Imposto corrente exercício anterior (i)	64	-	-	-
Incentivo projetos culturais (ii)	796	-	331	-
Adicional do imposto de renda	<u>24</u>	-	<u>24</u>	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	<u>(22.451)</u>	<u>(8.400)</u>	<u>(14.772)</u>	<u>(5.447)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>(30.851)</u>	<u>(8.400)</u>	<u>(20.219)</u>	<u>(5.447)</u>

(i) Valor refere-se ao complemento de IRPJ de 2016, levantado durante o preenchimento da ECF (2017/2016). (ii) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 398 (R\$ 190 em 2016) refere-se a doações a projetos culturais (PRONAC), conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, conforme artigo 18º), R\$ 99 (R\$ 47 em 2016) refere-se a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006 artigo 3º), R\$ 99 (R\$ 47 em 2016) refere-se a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95 Artigo 1º), R\$99 (R\$ 47 em 2016) refere-se a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95 Artigo 1º) e R\$99 (R\$0 em 2016) refere-se a doações ao Pronon (Lei 12.715/12 Artigo 4º). b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
IRPJ e CSLL correntes devidos no exercício	(17.038)	(6.452)	(8.824)	(3.192)
Constituição/realização de impostos diferidos:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(7.681)	(2.765)	(3.934)	(1.368)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	(99)	(36)
Provisões para riscos fiscais	1.351	486	(466)	(168)
Provisões para cíveis e trabalhistas	389	140	358	129
Provisões de valores a devolver para consorciados	-	-	(3.089)	(1.112)
Provisões para comissões	702	253	1.810	651
Outras adições temporárias	(125)	(45)	(816)	(455)
Constituição/realização de passivo fiscal diferido:				
Correção de depósitos judiciais	(49)	(17)	288	104
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	<u>(22.451)</u>	<u>(8.400)</u>	<u>(14.772)</u>	<u>(5.447)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>(30.851)</u>	<u>(8.400)</u>	<u>(20.219)</u>	<u>(5.447)</u>

continua →





# SERVIÇOS FINANCEIROS



## GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

→ **continuação**

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa	37.870	13.682	45.551	16.447
Adições temporárias:				
Provisões para riscos fiscais (nota 10)	2.040	734	689	248
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10)	1.412	508	1.023	368
Provisões para comissões (nota 8)	6.445	2.320	5.743	2.067
Outros	100	36	225	81
Total do crédito tributário	65.147	36	72.442	36

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro:

Ano	IRPJ		CSLL		Valor contábil		Valor presente*	
	Adições temporárias	Prejuízo fiscal	Adições temporárias	Base negativa	Total	Total	Total	Total
2018	6.907	6.365	2.486	2.292	18.050	18.050	12.211	12.211
2019	998	7.638	359	2.750	11.745	11.745	7.696	7.696
2020	210	7.350	76	2.646	10.282	10.282	6.390	6.390
2021	151	7.762	54	2.794	10.761	10.761	6.424	6.424
2022	1.731	8.755	623	3.200	14.309	14.309	8.305	8.305
Total	9.997	37.870	3.598	13.682	65.147	65.147	41.026	41.026

(\* O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 41.026 em 31 de dezembro de 2017.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestral que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos tributários:	31/12/2016		Constituições (realizações) líquidas		31/12/2017	
	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:					
Provisões para riscos fiscais		937		1.837		2.774
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas		1.391		529		1.920
Provisões para comissões		7.810		955		8.765
Outras adições temporárias		306		(170)		136
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias		10.444		3.151		13.595
Créditos de prejuízo fiscal		45.551		(7.681)		37.870
Créditos de base negativa de contribuição social		16.447		(2.765)		13.682
Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas		61.998		(10.446)		51.552
Total de créditos tributários (nota 6)		72.442		(7.295)		65.147
Obrigações fiscais diferidas:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:						
Atualizações de depósitos judiciais		(605)		(66)		(671)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias (nota 9)		(605)		(66)		(671)
Líquido		71.837		(7.361)		64.476

### 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Composição das outras obrigações diversas:

	2017	2016
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	90.582	85.033
Provisões de valores a devolver a consorciados (b)	22.929	21.179
Provisões para comissões sobre vendas de cotas de consórcio	26.129	22.971
Provisões para riscos cíveis (nota 10a)	3.408	3.642
Provisão para riscos trabalhistas (nota 10a)	2.239	452
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17d)	1.188	941
Outros	3.637	3.787
Total	150.112	138.005
Passivo circulante	145.937	51.581
Exigível a longo prazo	4.175	86.424

a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II. Do total de recursos não procurados, apenas R\$22.622 (R\$22.408 em 2016) são passíveis de incidências da taxa de administração conforme prevista na Circular 3.432/09. Os demais valores não sofrem tal dedução.

b) Referem-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam informações dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.

### 9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Provisões para impostos sobre o lucro - corrente - IRPJ	3.592	-
Provisões para riscos fiscais (nota 10a)	8.160	2.757
Provisões para passivo fiscal diferido sobre atualizações monetárias dos depósitos judiciais (a) (nota 7e)	671	605
Impostos e contribuições a recolher (b)	1.735	2.204
Total	14.158	5.566
Passivo circulante	5.345	2.204
Exigível a longo prazo	8.813	3.362

a) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo (nota 7e).

b) Referem-se aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$1.616 (R\$2.189 em 2016) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$119 (R\$15 em 2016).

### 10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Provisões para riscos fiscais (nota 9)	8.160	2.757
Provisões para riscos cíveis (nota 8)	3.408	3.642
Provisões para riscos trabalhistas (nota 8)	2.239	452
Total	13.807	6.851

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.757	452	3.642	6.851
Constituição/(Reversão) líquida do exercício	5.403	1.787	(11)	7.179
Pagamentos	-	-	(223)	(223)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.160	2.239	3.408	13.807
Depósitos em garantia (nota 6)	7.444	67	2.487	9.998

Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	2017		2016	
	Quantidade de processos	Montante em R\$ mil	Quantidade de processos	Montante em R\$ mil
Trabalhistas	58	2.767	4	251
Cíveis	212	1.517	227	1.536
Fiscais	9	2.293	6	5.607
Total	279	6.577	237	7.394

Obrigações legais Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

• PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (PIS-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento), no montante de R\$ 2.878 até a data da publicação.

• Mandado de Segurança visando afastar a cobrança de ISS sobre a sua atividade de administração de consórcio pela Municipalidade de São Paulo, enquanto não promulgada a alteração na Lei Municipal que dispõe sobre este tributo, que permita ao Município cobrar o imposto sobre a parcela dos tomadores localizados em seu território, após a alteração da Lei Complementar 116/03 pela Lei Complementar 157/16, no montante de R\$ 5.282 até a data da publicação.

#### Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

#### Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

### 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 474.654.195 cotas sem valor nominal no montante de R\$474.654 em 31 de dezembro de 2017 (474.654.195 cotas sem valor nominal no montante de R\$474.654 em 31 de dezembro de 2016).

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei.

Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$61.375 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 39.526 em 2016), não foram distribuídos dividendos ou destinação de reserva, em virtude de prejuízo acumulado não ter sido totalmente compensado.

### 12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços referem-se à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	2º Semestre 2017	2016
Receitas de prestação de serviços	85.470	166.490
	138.024	

### 13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2017	2016
Despesa de rateio com folha de pagamento (a) (nota 17d)	5.751	11.517
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio	38.011	73.969
Serviços técnicos especializados	3.477	6.853
Sistema de comunicação	762	1.988
Sistema de processamento de dados	750	1.336
Despesas com serviços do sistema financeiro	1.117	2.218
Despesas com propaganda e publicidade	128	474
Outras	1.955	3.771
Total	51.951	102.126

a) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento realizada para o Banco GMAC S.A.

### 14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2017	2016
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	-	-
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	1.109	1.243
Receita de multa e juros	1.801	3.391
Recuperação de despesas operacionais	1.740	3.372
Outras (a)	713	1.028
Total	5.363	9.034

a) Refere-se substancialmente à recuperação de comissão sobre vendas de cotas de consórcio que estejam inadimplentes ou canceladas.

### 15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2017	2016
Variação monetária e juros passivos (a)	3.947	8.887
Atualização das provisões para riscos fiscais (nota 10b)	5.333	5.403
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10b)	(328)	1.776
Outras	2.557	3.228
Total	11.509	19.294

a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II.

### 16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre 2017	2016
ISS (i)	-	4.130
PIS	1.650	3.212
COFINS	7.932	15.440
IOF	-	4
Total	9.582	22.786

(i) A despesa de ISS passou a ser reconhecida na rubrica de outras despesas operacionais (nota 15), pela constituição de contingências fiscais conforme descrito na nota 10b.

### 17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

b) Benefícios de curto prazo

	2º Semestre 2017	2016
Salários e honorários da diretoria executiva		
Remuneração fixa	125	285
Remuneração variável	-	162
Outros benefícios (prêmios, rescisões e benefícios)	32	83
Total	157	530

c) Rescisão do contrato relacionados à Administradora

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são resumidos como segue:

	Ativo (passivo) 2017	2016	Receitas (despesas) 2017	2016
<b>Controladora:</b>				
Banco GMAC S.A.:				
Títulos e valores mobiliários (nota 5a)	435.661	360.056	51.482	37.654
Outras obrigações - diversas (nota 8)	(1.188)	(941)	-	-
Outras despesas administrativas (nota 13)	-	-	(11.517)	(11.085)



SERVIÇOS  
FINANCEIROS

## GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11



→ **continuação**

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Cotistas e Administradores da  
**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**  
São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2017 e das variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2017 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2018

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

**Audidores Independentes**

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Luiz Carlos Oseliero Filho**

Contador - CRC nº 1 SP 234751/O-6

**Deloitte.**